

XI ENCONTRO ABCP  
DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO: IMPASSES CONTEMPORÂNEOS

31 de julho a 3 de agosto de 2018

Universidade Federal do Paraná, Curitiba

AT ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

**COMPETIÇÃO POLÍTICA E EFEITO *COATTAILS* SOB A PERSPECTIVA DO  
ELEITOR NO BRASIL**

Vinícius Silva Alves<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Email: [vinicius.silvalves@gmail.com](mailto:vinicius.silvalves@gmail.com)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo geral investigar se, e como, a disputa presidencial no Brasil pode ser apontada como um elemento organizador da competição político-partidária no país. Especificamente, busca-se realizar uma análise empírica capaz de enfrentar duas questões: qual o efeito da disputa presidencial em relação à organização dos partidos na competição eleitoral para os cargos de governador e deputado federal (oferecendo um panorama da situação com relação às legendas); como a disputa pelo Executivo nacional pode ter influenciado a decisão do voto para deputado federal nas eleições de 2010 e 2014 (tendo como alvo as atitudes dos eleitores). Para tanto, apresenta-se uma abordagem empírica, que utiliza dados do Tribunal Superior Eleitoral e do Estudo Eleitoral Brasileiro dos mencionados anos eleitorais, com o intuito de fomentar reflexões sobre uma questão que tem despertado a atenção de estudiosos do sistema político no país: a capacidade de organização da competição política em torno da disputa pela chefia do Executivo federal. Os resultados, obtidos a partir da interpretação de modelos de regressão logística multinomial e de associações estatísticas entre variáveis, sugerem que devemos considerar com cautela o argumento de que a eleição presidencial pode contribuir para a organização da competição política e, por via reflexa, do sistema partidário nacional. As principais evidências indicam que os partidos e os eleitores não tomaram, no período observado, a eleição presidencial como um guia para as decisões relacionadas à disputa por assentos na Câmara Baixa. Por fim, argumenta-se que as dinâmicas de competição política subnacional, em especial as eleições para a chefia do Executivo estadual e municipal, merecem ser examinadas com mais atenção.

Palavras-chave: eleições; efeito *coattails*; comportamento eleitoral; decisão do voto

## 1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca investigar se, e como, a disputa presidencial no Brasil pode ter influenciado a decisão do voto para deputado federal nas eleições de 2010 e 2014. O artigo orienta-se a partir da discussão sobre a possibilidade de organização da competição política, no país, em torno da disputa presidencial.

Inicialmente, com o objetivo de analisar como os partidos políticos se orientam a partir da competição presidencial, são utilizados dados do Tribunal Superior Eleitoral-TSE que dizem respeito a candidaturas a presidente, governador e deputado federal durante os pleitos de 2010 e 2014, bem como apresentadas evidências empíricas que auxiliam a compreender o panorama da dinâmica político-partidária no país.

Em seguida, apresenta-se uma análise empírica, que utiliza dados do Estudo Eleitoral Brasileiro-ESEB dos mencionados anos eleitorais, com o intuito de fomentar reflexões sobre uma questão que tem despertado a atenção de estudiosos do sistema político no país: a capacidade de organização da competição política em torno da disputa pela chefia do Executivo federal.

De modo específico, almeja-se enfrentar os seguintes problemas de pesquisa: Existe alguma evidência de que os partidos têm a competição presidencial como elemento organizador das disputas para governador e deputado federal? Os eleitores tomam a competição presidencial como um mecanismo que guia suas preferências no momento da escolha de um candidato à Câmara dos Deputados? Parte-se da hipótese de que, em um país marcado por um federalismo robusto e com um fragmentado sistema de partidos, as eleições presidenciais não servem, por si só, para conferir racionalidade às disputas eleitorais.

## 2 – AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E O EFEITO *COATTAILS* NA LITERATURA: ACHADOS E LACUNAS

Nos últimos anos, a literatura vem chamando atenção para os efeitos decorrentes do fortalecimento institucional do poder Executivo, fenômeno que tem irradiado efeitos também para a arena eleitoral. Alguns autores, neste sentido, têm destacado o efeito que as eleições majoritárias para definição da chefia do Executivo exercem sobre os pleitos para a escolha de deputados federais (COX, 1997; GOLDER, 2006; SAMUELS, 2000; SOARES, 2013).

Sobre este fenômeno, Golder (2006, p. 35) afirma que “presidential elections are commonly thought to influence legislative fragmentation through a *coattails* effect where the fortunes of electoral parties are tied to the fate of the party’s presidential”. O efeito *coattails*, desse modo, poderia contribuir para a explicação do sucesso de candidatos a cargos no Legislativo que se associam a um candidato que disputa a chefia do Executivo.

Vale destacar que, talvez pelo curto período desta nova agenda de pesquisa, algumas questões ainda demandam respostas, especialmente aquelas relacionadas à percepção deste efeito sob a perspectiva dos eleitores. Igualmente, ainda não se sabe com clareza qual o peso das eleições para governador e presidente sobre as eleições para o legislativo, muito embora se encontrem evidências, obtidas a partir de estudos observacionais, de que a coligação para governador ou presidente pode impactar nas chances de eleição dos partidos que concorrem a cadeiras no Legislativo (BORGES, 2015; SAMUELS, 2000; SOARES, 2013).

Em recente estudo, Borges e Turgeon (2017) demonstraram a existência de um efeito *coattails* difuso, ao identificarem que as eleições presidenciais podem trazer benefícios não apenas aos deputados do partido do presidente, mas também àqueles que integram os partidos centrais da coalizão, os quais, diferentemente dos periféricos, são mais próximos ideologicamente do partido do presidente e estiveram a ele aliados por pelo menos metade do mandato anterior. Os autores também chamam a atenção para a influência exercida por lideranças estaduais sobre o pleito para a Câmara Baixa (BORGES; TURGEON, 2017).

Ressalta-se, neste momento, que as eleições para a escolha de deputados federais são organizadas em torno de duas características predominantes: representação proporcional e lista aberta (DESPOSATO, 2009). Estas duas instituições são apontadas por parte da literatura como potencializadoras da importância de questões locais para o êxito nas urnas (SHUGART; VALDINI; SUOMINEN, 2005), o que possivelmente tem contribuído para a diluição dos vínculos entre eleitores e partidos, ainda mais quando combinadas com altas magnitudes de distrito.

Argumenta-se, além disso, que as características norteadoras da competição por assentos na Câmara dos Deputados contribuem também para a diminuição do papel da ideologia como heurística que orienta a formação de preferências do eleitorado (LAU; REDLAWSK, 2001; LUPIA; MCCUBBINS, 1998). Tendo em vista a ausência de um atalho cognitivo desta natureza, faz-se necessário pensarmos quais elementos seriam capazes de orientar a competição política no Brasil.

Vale destacar também que os cidadãos não formam suas preferências de forma alheia ao contexto no qual vivem. Com isso, pretende-se frisar que o processo que envolve a tomada de decisões sobre assuntos políticos não se desenvolve numa espécie de vácuo institucional (LUPIA; MCCUBBINS, 1998). Assim, argumenta-se que o arranjo de regras e procedimentos que disciplinam a vida pública fornece, no mínimo, o palco para manifestação de preferências e atitudes políticas.

No que tange ao contexto político brasileiro, afirma-se que uma heurística partidária não serviria adequadamente para orientar os eleitores a decidirem seus votos, notadamente em função da baixa identificação partidária verificada no país (DESPOSATO, 2009; PAIVA &

TAROUCO, 2011), da notável fragmentação do seu sistema de partidos assim como da pouca substantiva diferenciação dos partidos políticos nacionais, que são estimulados a se posicionarem no centro do espectro ideológico (CARREIRÃO, 2014).

Desse modo, é razoável questionar se há uma estruturação da competição política no país em torno da disputa pela presidência da República. Sob outra perspectiva, é importante investigar se a centralidade do Executivo poderia auxiliar a moldar e condicionar as preferências dos eleitores. Deste modo, pretende-se, com este trabalho, contribuir para o entendimento do peso que as eleições para o Executivo, em especial a disputa presidencial, exercem sobre as dinâmicas político-partidárias e também sobre o comportamento dos eleitores no Brasil.

### **3 - AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E A COMPETIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL**

Para viabilizar um exame da maneira como a eleição presidencial poderia impactar na forma como se organizam os partidos brasileiros tanto em sua dimensão nacional quanto estadual, foram organizadas duas bases de dados, a partir de informações extraídas do TSE, para cada um dos pleitos analisados.

Na primeira, os partidos foram considerados em sua dimensão nacional, logo a legenda em sua estrutura nacional foi tida como unidade de análise. Na outra, tomamos como unidade de análise cada partido na forma como se organiza e toma decisões em cada unidade da federação.

Ressalta-se que esta abordagem privilegia a análise do sistema partidário brasileiro em dois níveis. Inicialmente, podemos examinar como cada partido se organiza em torno da competição presidencial e como esta pode influenciar o lançamento de candidaturas a governador ao longo de todo o território nacional, a composição da lista e os resultados na disputa por assentos na Câmara dos Deputados.

A seguir, ao considerarmos, em um segundo momento, cada partido em uma unidade da federação, ampliamos o potencial analítico para permitir captar maiores detalhes sobre as dinâmicas subnacionais, em especial o impacto da eleição de governador sobre a sorte de cada partido na competição de deputado federal.

Vale frisar que os distritos, dentro dos quais competem os partidos por espaços na mencionada Casa Legislativa, correspondem às unidades da federação e estão, ao menos potencialmente, sujeitos à influência de decisões tomadas no nível regional ou subnacional (BORGES, 2015). Sendo assim, abre-se a oportunidade de avaliar como as lideranças estaduais, que muitas vezes se apresentam na disputa à chefia do Executivo regional servem como balizas para se perceber a organização da competição político-partidária no plano estadual.

Em relação às bases que têm os partidos em sua dimensão nacional como unidade de análise, foram criadas, a partir dos dados do TSE, as seguintes variáveis: candidatura à presidência; número de candidatos a governador; total de candidatos a deputado federal; total de deputados federais eleitos<sup>2</sup>.

A primeira variável foi construída por meio da lógica binária, indicando, portanto, se o partido lançou (1) ou não (0) candidato na disputa presidencial naquele ano. Por sua vez, o número de candidatos a governador diz respeito ao número absoluto de candidaturas à chefia do Executivo estadual lançadas por cada legenda em cada ano, tendo o partido em sua dimensão nacional como foco. As duas últimas variáveis apresentam, respectivamente, o total de candidatos apresentados por cada partido político na disputa por assentos na Câmara dos Deputados e o número dos que lograram êxito nas urnas no pleito relacionado por cada partido no território nacional.

No que diz respeito às bases de dados que apresentam as legendas partidárias em sua dimensão estadual como unidade análise, foram coletadas estas variáveis: candidatura ao governo estadual; número de candidatos a deputado federal; número de deputados federais eleitos<sup>3</sup>.

A candidatura ao governo estadual também se apresenta de maneira dicotomizada, assumindo o valor 1 quando o partido lançou candidato ao Executivo estadual naquela unidade da federação e 0, caso contrário. As outras duas variáveis são contínuas e expressam o total de candidatos a deputado federal que concorreram, em cada distrito, afiliados a cada legenda e também o número dos que obtiveram um assento na mencionada Casa Legislativa por aquela unidade da federação.

Para enfrentar a questão relacionada à organização do sistema partidário e da competição política em torno da disputa presidencial, foram utilizados testes de correlação e associação estatística entre as variáveis criadas a partir de todas as informações existentes a respeito das candidaturas, por partido, aos cargos de presidente, governador e deputado federal, além dos resultados relacionados a esta última.

Tendo em vista que estamos lidando com o grupo populacional, e não com uma amostra, optamos pelo exame dos dados a partir de testes não-paramétricos. Esta alternativa revela-se adequada quando conseguimos reunir um conjunto de informações exaustivas sobre o fenômeno examinado, e serve adequadamente ao propósito desta seção, qual seja, apresentar como, e em que medida, as eleições presidenciais podem ser apontadas como catalizadoras de uma organização da competição político-partidária no país.

---

<sup>2</sup> Nos resultados adiante apresentados e também na criação dos vetores utilizando o software R, as mencionadas variáveis receberam as seguintes legendas: candidaturas\_pres\_BR; candidaturas\_gov\_BR; total\_cand\_dep\_fed; total\_eleitos\_dep\_fed.

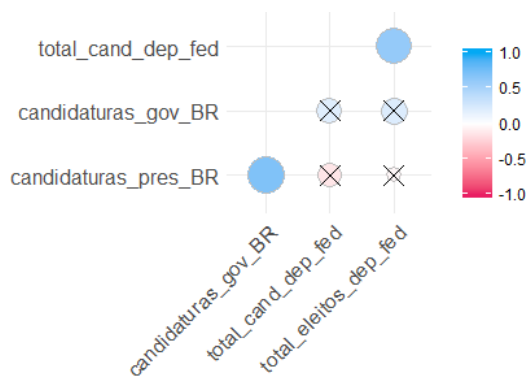
<sup>3</sup> Estas variáveis recebem a seguinte legenda, nos resultados abordados a seguir: cand\_gov; total\_cand\_depfed; total\_eleitos\_depfed.

### 3.1 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em síntese, os achados são bastante coerentes e seguem o mesmo padrão para as duas eleições analisadas neste trabalho. Com efeito, a relação entre o conjunto de variáveis segue o mesmo comportamento quando observamos os partidos em sua dimensão nacional e estadual ao longo dos pleitos de 2010 e 2014.

Inicialmente, convém destacar que as eleições presidenciais apenas se mostram correlacionadas de maneira estatisticamente significativa com as eleições para governador. Especificamente, podemos inferir que a decisão de lançar ou não candidato a governador impacta positivamente e de maneira forte no lançamento de candidatos à disputa pelo Executivo estadual. Muito embora existam acordos entre os partidos, que acabam deixando de apresentar candidatos em certas unidades da federação em troca de apoio na disputa presidencial, tem-se que as diferenças de médias entre os partidos que lançaram candidatos a presidente e aqueles que não o fizeram permite a identificação de dois grupos distintos nas eleições de governador. Estas observações são válidas tanto para os pleitos de 2010 quanto para o de 2014, como se observa a partir das tabelas abaixo.

**Gráfico 1 - Eleições 2010 – Correlação e associação estatística entre variáveis (partidos em sua dimensão nacional)**



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TSE.

A correlação direta e sua intensidade são expressas pelas tonalidades de azul, enquanto a magnitude e a relação inversa entre as variáveis são indicadas pelas faixas de cor rosa acima indicadas<sup>4</sup>. Na sequência, podemos observar também que existe uma correlação estatisticamente significativa e positiva entre o total de candidatos que um partido lança na disputa por assentos na Câmara dos Deputados e o número de eleitos pelo mesmo partido. Muito embora não seja o objeto deste trabalho discutir o recrutamento e oferta eleitoral pelos

<sup>4</sup> As associações que não apresentam significância estatística são aquelas com um “x” sobre o círculo que representa a correlação entre os pares de variáveis.

partidos, salienta-se que este resultado pode ser interessante para refletir sobre como os partidos se beneficiam ao apresentar uma lista inflada de candidatos.

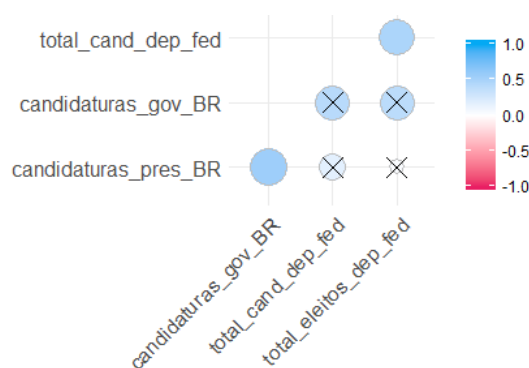
**Tabela 1 – Correlação entre variáveis (Eleições 2010)**

	Candidatura à presidência	Candidaturas a governador	Total de candidatos a deputado federal
Candidatura à presidência			
Candidaturas a governador	0.70***		
Total de candidatos a deputado federal	-0.13	0.19	
Total de eleitos deputado federal	-0.04	0.21	0.60**

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TSE.

A observação de que o lançamento ou não de candidatos à presidência impulsiona positivamente a oferta de candidatos a governador pelos mesmo partidos também pode ser destacada quando examinamos os dados de candidatura referentes ao pleito de 2014. A tendência, como se pode notar das figuras a seguir, segue a mesma: embora com uma sensível redução, o efeito entre as variáveis “candidatura à presidência” e “candidaturas a governador”, e também entre número de candidatos e eleitos deputado federal permanece positiva e estatisticamente significativa.

**Gráfico 2 - Eleições 2014 – Correlação entre variáveis (partidos-dimensão nacional)**



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TSE.

**Tabela 2 – Correlação entre variáveis (Eleições 2014)**

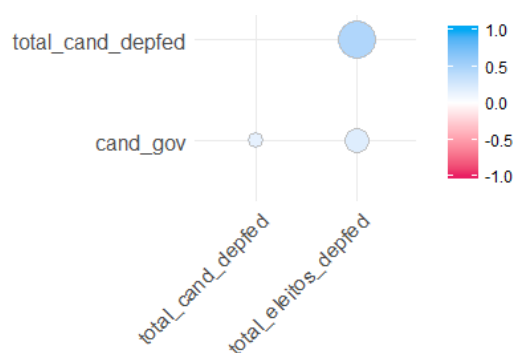
	Candidatura à presidência	Candidaturas a governador	Total de candidatos a deputado federal
Candidatura à presidência			
Candidaturas a governador	0.56**		
Total de candidatos a deputado federal	0.17	0.42	
Total de eleitos deputado federal	0.03	0.4	0.48*

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TSE.

Mais importante ainda para os propósitos deste estudo é a constatação de que a decisão de lançar ou não um candidato a presidente não é capaz de diferenciar um grupo de partidos e sua sorte nas disputas por assentos na Câmara dos Deputados. Isto pode ser evidenciado pela baixa intensidade da interação entre as variáveis “candidatura à presidência”, e, sobretudo, pela ausência de significância estatística entre estes pares de variáveis. Neste sentido, devemos levar em consideração o reduzido potencial explicativo que as eleições presidenciais possuem quando buscamos entender a competição político-partidária que se manifesta pelas vagas naquela Casa Legislativa. Para avançarmos na compreensão da forma como se organizam as disputas partidárias no Brasil, em especial na interface entre as decisões tomadas pelas legendas que disputam cargos no Executivo e no Legislativo, analisamos os partidos em sua dimensão estadual, com o intuito de viabilizar reflexões sobre o peso das eleições para a chefia do Executivo estadual na dinâmica de competição entre os partidos que buscam espaços na Câmara dos Deputados.

Os resultados, adiante apresentados, corroboram a necessidade de se examinar com mais cuidado a importância dos arranjos e estratégias subnacionais (BORGES, 2015; SAMUELS, 2000). Nessa ordem de ideias, destaca-se que, tanto para as eleições de 2010, quanto nas eleições seguintes, a decisão de lançar um candidato a governador interferiu de maneira relevante sobre o número de candidatos que disputaram as eleições para deputado federal por cada legenda e o êxito de cada um dos partidos nesta competição, em cada distrito.

**Gráfico 3 - Eleições 2010 – Correlação e associação estatística entre variáveis (partidos em sua dimensão estadual)**



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TSE.

Ainda que a intensidade das correlações possa variar de modesta a moderada, entre os pares de variáveis aqui examinados, ressalta-se que a decisão de lançar candidato a governador, tomada por cada partido em cada unidade da federação, impacta positivamente na forma como os partidos disputam as eleições para a Câmara dos Deputados e, mais importante ainda, no resultado que obtiveram nas eleições de 2010 e 2014.

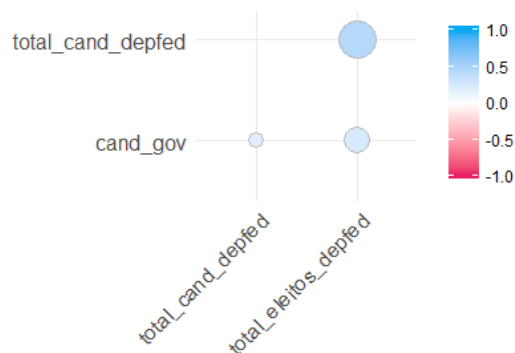
**Tabela 3 – Correlação entre variáveis (Eleições 2010)**

	Total de candidatos a deputado federal	Total de eleitos deputado federal
Total de candidatos a deputado federal		
Total de eleitos deputado federal	0.46***	
Candidatura a Governador	0.15***	0.20***

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TSE.

Em outras palavras, pode-se afirmar que os partidos que lançaram candidatos a governador puderam contar com uma melhor sorte nas eleições de deputado federal nestes anos.

**Gráfico 4 - Eleições 2014 – Correlação e associação estatística entre variáveis (partidos em sua dimensão estadual)**



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TSE.

**Tabela 4 – Correlação entre variáveis (Eleições 2014)**

	Total de candidatos a deputado federal	Total de eleitos deputado federal
Total de candidatos a deputado federal		
Total de eleitos deputado federal	0.43***	
Candidaturas a Governador	0.19***	0.23***

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TSE.

Estas observações se sustentam na identificação de associações positivas e estatisticamente significativas entre a decisão de lançar candidato à chefia do Executivo estadual e o número de candidatos e eleitos deputado federal por cada legenda em cada uma das 27 unidades da federação.

É possível argumentar que a diferença do número médio de deputados eleitos por partidos que apresentaram e não apresentam candidatos a governador, em cada distrito, viabiliza a observação de dois grupos distintos. Sendo assim, as eleições para o Executivo estadual não podem ser menosprezadas quando buscamos compreender a dinâmica de

competição por assentos na Câmara dos Deputados (BORGES, 2015; BORGES & TURGEON, 2017). Além disso, devemos levar em consideração que as eleições presidenciais não demonstraram impacto nas disputas para deputado federal nos anos observados, contrariamente ao que poderia ser sustentado por parte da literatura que afirma que o sistema partidário brasileiro é, de certa forma, moldado pela disputa presidencial (MELO & CÂMARA, 2012).

Os resultados obtidos para os dois pleitos são, assim, consistentes: A eleição presidencial auxilia a compreender a decisão de lançar candidatos ao governo estadual por cada partido. Especificamente, a oferta eleitoral para presidência impacta nas decisões tomadas por cada legenda de lançar candidatos a governador. No entanto, a decisão de lançar ou não candidato a presidente não pode ser associada ao total de candidatos lançados por aquele partido, nem mesmo ao número de eleitos por aquela legenda.

Desta maneira, fica difícil sustentar que a eleição presidencial auxilia a coordenar a competição eleitoral no nível dos partidos. A tese de que o sistema partidário brasileiro encontra na disputa presidencial um ponto de suporte (MELO & CÂMARA, 2012) merece ser considerada com cautela quando olhamos para a disputa por assentos na Câmara dos Deputados.

Sob outra perspectiva, ao observarmos os partidos em cada unidade da federação, podemos sustentar que a decisão de lançar ou não um candidato a governador possui relevante e expressiva associação estatística com a quantidade de deputados federais lançados por cada legenda em cada distrito, o total de eleitos deputados federais por esta mesma sigla partidária e, ainda, possui relação estatisticamente significativa com a proporção entre eleitos/candidatos por partido em cada UF. Os mesmos resultados foram encontrados para 2010 e 2014.

Assim, é importante perceber como a eleição presidencial está sim, associada à competição pelo Executivo estadual. Porém, os dados indicam que é a dinâmica subnacional de disputa pela chefia do Executivo, e não a competição presidencial, que pode ser apontada como um fator que auxilia na inteligibilidade da disputa por cadeiras na Câmara dos Deputados.

#### **4 - COMPETIÇÃO POLÍTICA E EFEITO COATTAILS PRESIDENCIAL SOB A PERSPECTIVA DO ELEITOR NO BRASIL**

Neste momento, apresentamos dois modelos de regressão logística multinomial com o intuito de examinar em que medida o voto para presidente, nas eleições de 2010 e 2014, pode ser apontado como um fator que condicionou para o voto nas eleições de deputado federal naqueles pleitos.

Para conduzir os testes de hipótese, utilizamos os dados provenientes do Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB dos referidos anos eleitorais. Interpretamos, a seguir, os resultados dos modelos multinomiais correspondentes a 2010 e 2014, buscando identificar nuances e interações que podem ter influenciado na probabilidade de se observar o voto para deputado federal em um dos três principais partidos daquela disputa.

É importante frisar que a competição presidencial parece ter chegado, nos últimos anos, a um formato em que os três principais candidatos recebem algo próximo da totalidade dos votos válidos. Com efeito, Dilma (Partido dos Trabalhadores-PT), José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB) e Marina Silva (Partido Verde-PV) somaram, juntos, 98,85% dos votos válidos em 2010. Nas eleições de 2014, Dilma (PT), Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (Partido Socialista Brasileiro-PSB) foram responsáveis por 96,46% dos votos válidos<sup>5</sup>.

Por outro lado, vislumbra-se uma quantidade bem maior de partidos na Câmara dos Deputados, muito embora parte da literatura sustente que as eleições presidenciais são responsáveis por moldar o sistema partidário brasileiro (MELO & CÂMARA, 2012). Assim, acredita-se que a análise da influência do voto para presidente sobre as eleições de deputado federal pode contribuir para o debate, auxiliando a solucionar a questão em torno da magnitude do influxo das eleições para o Executivo nacional sobre a disputa de assentos naquela Casa Legislativa.

Em virtude desta abordagem analítica, a variável dependente dos modelos multinomiais foi organizada para contemplar quatro categorias: o voto em um deputado federal do PT, do PSDB, do PV ou em outra legenda (para as eleições de 2010); o voto em um deputado federal do PT, do PSDB, do PSB ou em outra legenda (para as eleições de 2014).

As variáveis explicativas utilizadas para estes modelos foram construídas a partir das respostas dos entrevistados ao ESEB de 2010 e 2014<sup>6</sup> sobre: idade, sexo, região e escolaridade dos entrevistados; se dizem gostar ou não de um partido político específico; se consideram ou não importante quem governa o país; em quem votaram para presidente

---

<sup>5</sup> Para maiores detalhes e informações sobre o resultado destes pleitos, ver: <http://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/1turno/> e <http://eleicoes.folha.uol.com.br/2014/1turno/presidente/br.shtml>

<sup>6</sup> É importante destacar que, para o Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014, foram realizadas 3.136 entrevistas no total, sendo 2.506 entrevistas proporcionais em todo o território nacional e complemento de 630 entrevistas no Estado de São Paulo. Assim, a sub amostra estadual paulista foi composta de 1.204 casos, possibilitando a identificação das seguintes divisões: capital, região metropolitana e interior. Para se evitar distorções na análise empírica, considerando a super-representação do Estado de São Paulo na amostra, foram considerados fatores de ponderação para cada um dos entrevistados deste estado. Neste sentido, o fator de ponderação 0,3793103 foi utilizado para os entrevistados oriundos da capital de São Paulo. Aos integrantes da amostra provenientes da região metropolitana de São Paulo foi aplicado o fator de ponderação 0,2962963 e aos residentes no interior daquele estado, o fator de ponderação 0,7333333. Por meio de interações com as variáveis categóricas, podemos corrigir as distorções que seriam observadas caso não aplicássemos os fatores de ponderação, o que geraria resultados fortemente influenciados pelos entrevistados do estado de São Paulo. Não promovemos a interação entre o fator de ponderação e a variável região pois existe colinearidade quase perfeita entre estas, o que inviabiliza a sua consideração no modelo

naquela mesma eleição; e uma interação entre o voto para presidente e a declaração de gostar ou não de uma legenda em particular.

A variável idade foi considerada em anos completos dos entrevistados no momento da realização do ESEB. A próxima variável, sexo, encontra-se organizada em duas categorias (masculino e feminino). Região indica a localização geográfica do lugar de nascimento de cada eleitor entrevistado. Esta variável, que inicialmente indicava as cinco grandes regiões do Brasil foi reorganizada em duas categorias (de um lado, pessoas oriundas do Sudeste e de outro, das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul). Escolaridade foi construída de modo dicotômico também, para diferenciar os brasileiros que tiveram acesso ao ensino superior, ainda que incompleto, dos outros.

A opção por esta abordagem segue a lógica de analisar se existem padrões diferentes de comportamento entre eleitores com maior nível de escolaridade, em geral expostos com maior frequência a debates políticos, ou provenientes de regiões mais industrializadas/urbanas no país. Muito embora sejam *proxys*, que não captam toda a riqueza de diferenças existentes no Brasil, servem como fatores de controle que não desprezam o potencial explicativo da origem geográfica do entrevistado e de sua possível exposição a debates políticos sobre as decisões que tomam quando vão às urnas.

Por sua vez, a variável renda familiar indica se o entrevistado faz parte de um grupo de pessoas que juntas recebem menos ou mais de 10 salários mínimos. Esta variável tem como objetivo aferir se existe ou não uma atitude diferente entre eleitores pertencentes a uma faixa socioeconômica mais privilegiada no momento de destinar seu voto para a Câmara dos Deputados.

As variáveis construídas a partir das respostas às perguntas em que os eleitores declaravam se gostam ou não de um partido ou se consideram ou não importante quem governa o país servem, neste modelo, como *proxys* para identificação partidária e atenção que dispensam à disputa por cargos de chefia no Executivo. Ambas foram organizadas de forma binária. A primeira diferencia aqueles que dizem gostar de uma legenda daqueles que não se sentem atraídos por nenhum dos partidos políticos existentes no Brasil naquele ano. A outra variável reúne, de um lado, os que dizem ser importante ou muito importante quem governa o país e, de outro, os demais entrevistados.

A principal variável explicativa, o voto para presidente, em primeiro turno, nas eleições de 2010 e 2014 foi organizada em quatro categorias. Para o ano de 2010, as categorias são: votou em um candidato a presidente pelo PT; votou em um candidato à presidência pelo PSDB; votou em um candidato à presidente pelo PV; votou em qualquer outro candidato.

Para o ano de 2014, as categorias foram organizadas da seguinte maneira, a partir da resposta de cada entrevistado: votou em um candidato a presidente pelo PT; votou em um

candidato à presidência pelo PSDB; votou em um candidato à presidente pelo PSB; votou em qualquer outro candidato.

A variável criada a partir da interação entre o voto para presidente e aquela em que o entrevistado diz gostar ou não de um partido político serve ao propósito de esclarecer se, e em que medida, o voto para deputado federal foi condicionado pela preferência partidária, pelo voto para presidente em primeiro turno naquele ano em particular, ou em função de uma combinação entre estes potenciais fatores explicativos. Desse modo, a partir desta variável, podemos observar a existência ou não de um acréscimo na probabilidade de se votar em um candidato afiliado a uma das três principais legendas que disputam a presidência em virtude da combinação específica entre o voto para presidente naquele ano e uma possível afeição ou rejeição por partidos políticos.

#### **4.1 – RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção, serão apresentados os resultados dos modelos analíticos anteriormente descritos, bem como discutidos os seus achados, seus limites e os principais desdobramentos, especialmente para as próximas etapas desta pesquisa.

Antes de analisarmos os resultados das análises de regressão apresentadas nas linhas a seguir, é importante esclarecer algumas decisões tomadas no desenvolvimento deste trabalho. Convém ressaltar que o principal interesse, com a estimação destes modelos, é aferir se o voto nas eleições para chefe do Executivo, que reuniu mais de 95% de todo o eleitorado em torno de apenas 3 partidos nos pleitos de 2010 e 2014 pode servir como uma condicionante do voto na disputa por assentos na Câmara dos Deputados.

A questão é tratada da seguinte maneira: se o voto para presidente não consegue, de maneira razoável, orientar o voto em um candidato da mesma legenda, podemos levantar sérias dúvidas a respeito da organização da competição política em torno da disputa presidencial.

A opção por um modelo mais simples, que não agrupa todos os partidos da coligação em torno do principal partido da chapa (aquele que lança o candidato a presidente) reside em dois pontos de grande relevância. O primeiro deles diz respeito à influência que lideranças estaduais possuem no momento de formação das listas e também das estratégias de coordenação entre os partidos no interior dos distritos. Com efeito, estaríamos trazendo ao modelo uma variável capaz de deixar indissolúvel a questão que será enfrentada em momento posterior (por meio de um *survey experiment*): são as lideranças nacionais ou estaduais que pesam mais no momento em que os eleitores decidem em quem votar para deputado federal?

Além disso, justifica-se a opção pela construção das categorias da forma como se apresentam neste trabalho pois a inclusão de partidos coligados dentro de cada categoria

traria ao modelo uma premissa de racionalidade bastante questionável: a de que os eleitores estão atentos aos arranjos partidários estabelecidos nas disputas eleitorais. Nesta ordem de ideias, considera-se que exigir que os eleitores se atentem para a formação de coligações dentro de seus estados, cuja lógica e compreensão muitas vezes escapam até mesmo de cientistas políticos, não parece ser uma premissa que traz vantagens analíticas ao modelo.

Especificamente, os dados coletados pelo ESEB não nos permitem enfrentar de maneira segura estas questões, razão pela qual se optou por uma abordagem metodológica, neste momento, que consegue enfrentar, de maneira coerente, a seguinte pergunta: Como o voto para presidente pode influenciar o voto para deputado federal no mesmo partido?

A resposta à esta indagação nos proporciona uma série de reflexões, especialmente sobre a capacidade de influência das eleições para a chefia do Executivo nacional sobre a organização da competição política em torno de assentos para a Câmara dos Deputados. A partir destas respostas, podemos examinar se, como, e em que medida, é razoável argumentar que a eleição presidencial serve como uma espécie de ponto de equilíbrio para o sistema partidário nacional (MELO & CÂMARA, 2012).

Destaca-se que, se as eleições presidenciais não servem sequer para auxiliar na decisão do voto para deputado federal vinculado ao mesmo partido político do presidencial eleito escolhido por cada entrevistado no momento em que vai às urnas, temos uma situação em que não se revela razoável sustentar que a disputa pelo Executivo federal desempenha um papel de considerável coordenação da competição político-partidária no país.

Dando continuidade a esta linha de raciocínio, destaca-se, assim, a importância de se examinar soluções alternativas à questão da organização da competição política no Brasil. Com efeito, tanto os dados sobre candidaturas (por partido) nas eleições de presidente, governador e deputado federal, examinados anteriormente, como estes relacionados à decisão do voto, revelam que as dinâmicas subnacionais merecem ser consideradas com bastante atenção (BORGES & TURGEON, 2017; SAMUELS, 2000).

**TABELA 5 - MODELO MULTINOMIAL – ELEIÇÕES 2010**

	<i>Dependent variable:</i>		
	PT	PV	PSDB
	(1)	(2)	(3)
idade	0.004 (0.008)	-0.006 (0.009)	-0.013 (0.009)
sexo	0.094 (0.221)	0.262 (0.260)	-0.103 (0.238)
regiao	-0.083 (0.091)	-0.082 (0.106)	0.010 (0.100)
escolaridade	0.221*** (0.053)	0.117* (0.064)	0.119** (0.059)
importancia_quemgoverna	-0.030 (0.304)	0.050 (0.330)	-0.782* (0.405)
gosta_algum_partido	-1.148*** (0.299)	-0.102 (0.359)	-1.024*** (0.390)
voto_pres	-2.392** (1.023)	-25.337*** (0.000)	-13.311*** (0.528)
voto_pres_PSDB	-2.322*** (0.732)	-0.592 (0.573)	-0.137 (0.411)
voto_pres_PV	-1.016** (0.430)	-0.730 (0.648)	-0.243 (0.455)
gosta_algum_partido:voto_pres	-18.166*** (0.000)	-17.332*** (0.000)	12.101*** (0.528)
gosta_algum_partido:voto_pres_PSDB	2.106** (0.832)	0.360 (0.693)	0.803 (0.584)
gosta_algum_partido:voto_pres_PV	1.299** (0.583)	1.235* (0.745)	1.251** (0.629)
Constant	-3.162*** (0.577)	-3.318*** (0.695)	-2.717*** (0.630)
Akaike Inf. Crit.	1,874.164	1,874.164	1,874.164

*Note:*

\*p<0.1; \*\*p<0.05; \*\*\*p<0.01

A tabela acima traz os resultados do modelo multinomial que tem como variável dependente o voto para deputado federal em uma das quatro categorias no ano de 2010. As

categorias indicam se o entrevistado: destinou seu voto a um deputado federal afiliado ao PT; ao PSDB; ao PV; ou a outro partido.

Ressalta-se que esta última é a categoria de referência, o que serve adequadamente ao propósito deste trabalho pois permite a interpretação da direção e magnitude do efeito que o voto para presidente em cada ano, num dos principais presidenciáveis, teve sobre a opção de candidato a deputado federal escolhida por cada eleitor entrevistado.

A partir da interpretação dos resultados, podemos concluir que, em 2010, o voto para presidente não foi interferiu de maneira eficiente na escolha de um candidato a deputado federal que disputou o pleito afiliado ao mesmo partido que o presidenciável que recebeu o voto do eleitor entrevistado.

Dentre as variáveis socioeconômicas de controle, apenas escolaridade impactou positivamente a favor do voto em um dos candidatos referentes às categorias construídas em torno dos três principais partidos daquela eleição. Ter declarado que gosta de algum partido interferiu, de maneira estatisticamente significativa, a favor do voto em um deputado da legenda do PT e do PV, mas não para os candidatos do PSDB.

Destaca-se que os principais resultados deste modelo podem ser percebidos quando interpretamos as probabilidades de se votar em qualquer um dos deputados federais das três categorias (PT, PSDB e PV) entre os entrevistados que votaram para presidente em qualquer outro candidato, que não disputava a eleição presidencial por nenhum destes três partidos. O achado sugere que, ter votado em um presidente fora das opções que reuniram quase a totalidade dos votos válidos naquele pleito não influenciou de maneira negativa a decisão do voto em torno de um candidato a deputado federal afiliado ao PT, PSDB ou PV.

Esta consideração nos auxilia a entender o porquê de o modelo proposto falhar, em 11.55% das vezes, ao tentar prever o voto para deputado federal em função das variáveis apresentadas. Saliencia-se, assim, que os acertos não dizem respeito, na grande maioria dos casos, aos votos orientados pelos principais candidatos a presidente.

Outro resultado que se revela interessante é a constatação de que o voto para presidente nos candidatos de PSDB e PV impactaram de maneira negativa em torno da possibilidade de se votar em um candidato a deputado federal que disputa uma cadeira na Câmara dos Deputados afiliado ao PT. Podemos observar uma espécie de formação de preferências motivada pela rejeição ao candidato presidenciável deste partido.

Neste sentido, ainda, vale frisar que a variável construída a partir da interação entre não gostar de algum partido e não ter votado para presidente em um dos três principais candidatos influenciou negativamente na probabilidade de ter votado em um candidato a deputado federal do PT, do PSDB ou do PV. Novamente, os resultados sugerem que, para esse grupo restrito de eleitores (que optaram por não votar num dos três principais

presidenciáveis), o voto para deputado federal foi guiado pela escolha em não votar nos grandes partidos que se destacaram naquele pleito.

É interessante notar também que os eleitores que dizem não gostar de nenhum partido e votaram na candidata Marina Silva, que concorreu pelo PV, destinaram seu voto na corrida por cadeiras na Câmara dos Deputados a candidatos afiliados a todos os três partidos que participaram efetivamente da disputa presidencial.

Assim, o voto em Marina Silva contribuiu positivamente para o voto em um deputado federal da mesma legenda que a candidata integrava, mas também está positiva e estatisticamente associado à probabilidade de voto em um candidato a deputado federal que concorreu pelo PT ou pelo PSDB. Este achado é de considerável interesse para avançarmos na compreensão do efeito das eleições presidenciais sobre a organização da competição política.

Notadamente, é possível argumentar que o voto nos dois principais presidenciáveis não serviu de maneira adequada para se compreender o voto para deputado federal na mesma legenda. Além disso, pode-se sustentar que o voto na terceira principal candidata não auxiliou na noção de coordenação do voto nas eleições para a Casa Legislativa em função do voto destinado a uma das mais relevantes candidaturas à presidência daquele ano. Pelo contrário, verifica-se que o voto na então presidenciável pelo PV aumentou a probabilidade de voto em um candidato a deputado federal do seu próprio partido e também na escolha de uma alternativa entre os membros dos dois principais partidos adversários.

Salienta-se, neste momento, que estes resultados podem servir para interessantes reflexões sobre a ausência de uma coordenação política em torno das eleições presidenciais no Brasil. Quando se discute o tema, é imprescindível levar em consideração o papel dos eleitores e a centralidade da Câmara dos Deputados nas discussões sobre a fragmentação do sistema partidário brasileiro (PAIVA & TAROUCO, 2011; CARREIRÃO, 2014).

**TABELA 6 - MODELO MULTINOMIAL – ELEIÇÕES 2014**

	<i>Dependent variable:</i>		
	PT	PSB	PSDB
	(1)	(2)	(3)
idade	0.013** (0.006)	0.004 (0.009)	-0.004 (0.007)
sexo	0.493 (0.515)	-0.883 (1.269)	-0.646 (0.512)
fpond	-2.147* (1.294)	37.048*** (1.088)	-5.807*** (1.508)
regiao	-0.654** (0.267)	-1.943*** (0.652)	-0.735** (0.342)
escolaridade	0.729 (0.588)	-52.457*** (0.305)	-0.812 (0.778)
importancia_quemgoverna	-1.536*** (0.530)	39.457*** (1.018)	-2.277*** (0.571)
gosta_algun_partido	-0.027 (1.042)	-0.305 (2.048)	-0.339 (1.051)
voto_pres_PT	-0.127 (1.171)	0.004 (2.002)	-0.158 (1.143)
voto_pres	-0.337 (1.526)	1.585 (2.144)	-2.444 (1.895)
voto_pres_PSB	-46.902*** (0.694)	-25.492*** (1.249)	0.375 (1.745)
fpond:sexo	-0.415 (0.617)	1.295 (1.355)	0.878 (0.656)
fpond:escolaridade	-0.777 (0.751)	51.689*** (0.305)	0.522 (0.989)
fpond:importancia_quemgoverna	1.599** (0.670)	-39.604*** (1.038)	3.495*** (0.913)
fpond:gosta_algun_partido	-0.349 (1.280)	-0.247 (2.233)	0.423 (1.366)
fpond:voto_pres_PT	-0.338 (1.398)	0.026 (2.158)	-0.226 (1.475)
fpond:voto_pres	0.094 (1.855)	-2.244 (2.540)	3.740* (2.128)
fpond:voto_pres_PSB	47.500*** (0.695)	-16.646*** (2.626)	0.140 (2.130)

	<i>Dependent variable:</i>		
	PT (1)	PSB (2)	PSDB (3)
<i>gosta_algun_partido:voto_pres_PT</i>	-0.380 (1.392)	-54.405*** (0.360)	0.314 (1.341)
<i>gosta_algun_partido:voto_pres</i>	0.520 (1.685)	-53.730*** (0.621)	1.439 (2.079)
<i>gosta_algun_partido:voto_pres_PSB</i>	46.125*** (0.635)	27.804*** (1.249)	0.824 (2.021)
<i>fpond:gosta_algun_partido:voto_pres_PT</i>	1.492 (1.675)	54.632*** (0.360)	0.083 (1.738)
<i>fpond:gosta_algun_partido:voto_pres</i>	0.359 (2.084)	53.722*** (0.621)	-2.501 (2.410)
<i>fpond:gosta_algun_partido:voto_pres_PSB</i>	-46.000*** (0.821)	11.038*** (2.626)	-2.688 (2.764)
Constant	-1.444 (1.142)	-40.327*** (1.047)	1.351 (1.193)
Akaike Inf. Crit.	2,504.998	2,504.998	2,504.998
<i>Note:</i>	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01		

Sobre os principais resultados obtidos para o modelo multinomial de 2014, expressos na tabela acima, pode-se dizer que o voto em um dos três principais presidenciais também não nos auxilia a extrair uma conexão entre o candidato escolhido para a chefia do Executivo nacional e o voto para um candidato a uma vaga na Câmara Baixa.

Especificamente, podemos notar que ter votado em qualquer outro presidencial que não seja uma das três principais opções está associado de forma positiva e estatisticamente significativa com o voto em um dos candidatos a deputado federal pelo PSDB.

Curiosamente, vale destacar que ter votado na candidata Marina Silva (naquele momento afiliada ao PSB) impactou negativamente na probabilidade de voto em um deputado federal da mesma legenda, ao passo que está associado a um incremento na probabilidade de voto em um candidato a um assento na Câmara pelo PT.

De modo semelhante ao que ocorreu com a interpretação dos resultados das eleições de 2010, entre os entrevistados que dizem não gostar de nenhum partido, manifestou-se uma espécie de escolha às avessas, motivada provavelmente pela rejeição às legendas (PAIVA & TAROUÇO, 2011), no momento da decisão do voto para deputado federal.

Os principais favorecidos por esta dinâmica foram os candidatos a deputado federal pelo PSB. Os achados indicam que existe uma associação positiva e estatisticamente

significativa em favor da probabilidade de voto em um deputado federal desta legenda entre os que votaram tanto na candidata Dilma Rousseff, em Marina Silva e também entre a pequena fração do eleitorado que optou por um presidencialista que não figura na lista dos três mais votados.

Finalmente, é possível observar que a variável construída a partir da interação entre não gostar de nenhuma legenda partidária e ter votado em Marina Silva para presidente (PSB) impactou negativamente na probabilidade de voto em favor de um candidato a deputado federal pelo PT.

Neste instante, o complexo cenário de interação entre as eleições presidenciais e as eleições para a Câmara dos Deputados parece evidente. O fenômeno é complexo e não pode ser reduzido facilmente ao argumento de que a eleição para esta Casa Legislativa gravita pura e simplesmente em torno das decisões que os eleitores tomam em relação à corrida presidencial.

De fato, os resultados indicam que, em aproximadamente 9.2% das vezes o modelo erra ao tentar prever o voto para deputado federal em função das variáveis consideradas nesta abordagem analítica. É importante destacar, de modo similar ao que ocorre com a interpretação das eleições de 2010, que os acertos na predição não dizem respeito aos votos orientados pelos principais candidatos a presidente, o que favorece o argumento a favor da importância de se examinar as dinâmicas subnacionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muito embora possamos reconhecer limitações inerentes à utilização de dados observacionais para a realização de inferências sobre a formação de preferências dos eleitores, acredita-se que alguns dos principais achados deste trabalho podem auxiliar na tentativa de esclarecer o influxo da disputa presidencial sobre a competição política no Brasil, em especial no que diz respeito às eleições para a Câmara dos Deputados.

Com efeito, os resultados apresentados acima sugerem que devemos ter cautela ao avaliarmos o argumento de que as eleições presidenciais auxiliam a estruturar a competição política no Brasil. Isto porque as evidências indicam que os partidos e os eleitores não tomaram, no período observado, a eleição presidencial como um guia para as decisões relacionadas à disputa por assentos na Câmara Baixa.

Ressalta-se, assim, que não se pode extrair dos dados coletados junto ao TSE e também da amostra representativa oriunda do ESEB inferências seguras de que a disputa presidencial tem desempenhado um papel crucial no pleito de deputado federal no Brasil. Por fim, argumenta-se que as dinâmicas de competição política subnacional, em especial as

eleições para a chefia do Executivo estadual e municipal, merecem ser examinadas com mais atenção.

## REFERÊNCIAS

- BORGES, A. Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão Fichamento. **Dados**, v. 58, n. 3, p. 651–688, 2015.
- BORGES, A.; TURGEON, M. Presidential Coattails in Coalitional Presidentialism. **Party Politics**, p. 1–32, 2017.
- CAMPBELL, A. et al. **The American Voter**. New York: Wiley Publishing, 1960.
- CARREIRÃO, Y. DE S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 14, n. maio-agosto, p. 255–295, 2014.
- COX, G. **Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems**. New York: Cambridge University Press, 1997.
- DESPOSATO, S. Estratégia Eleitoral com Representação Proporcional de Lista Aberta e Distritos uninominais: subeleitorados e comunicação política. In: INÁCIO, M.; RENNÓ, L. (Eds.). **Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 269–291.
- GOLDER, M. Presidential Coattails and Legislative Fragmentation. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 1, p. 34–48, 2006.
- LAU, R. R.; REDLAWSK, D. P. Advantages and Disadvantages of Cognitive Heuristics in Political Decision Making. **American Journal of Political Science**, v. 45, n. 4, p. 951–971, 2001.
- LUPIA, A. Shortcuts Versus Encyclopedias: Information and Voting Behavior in California Insurance Reform Elections. **American Political Science Review**, v. 88, n. 1, p. 63–76, 1994.
- LUPIA, A.; MCCUBBINS, M. **The democratic dilemma: can citizens learn what they need to know?** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **Dados**, v. 55, p. 71–117, 2012.
- PAIVA, D.; TAROUÇO, G. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 426–451, 2011.
- SAMUELS, D. The Gubernatorial Coattails Effect: Federalism and Congressional Elections in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 62, n. 1, p. 240–253, 2000.
- SHUGART, M.; VALDINI, M.; SUOMINEN, K. Looking for locals: voter information demands and personal vote-earning attributes of legislators under proportional representation. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 2, 2005.
- SOARES, M. M. Influência majoritária em eleições proporcionais: os efeitos presidenciais e governatoriais sobre as eleições para a Câmara dos Deputados brasileira (1994-2010). **Dados**, v. 56, n. 2, p. 413–437, 2013.